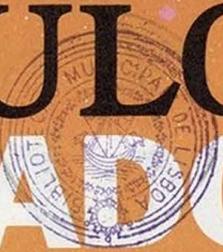


O SÉCULO ILUSTRADO



INFORMAÇÃO:
ALVO DO PODER?
CONSTRUÇÃO CIVIL:
CRISE A QUANTO OBRIGAS



**NÃO VÃ,
TELEFONE!**
(SERÁ AINDA VERDADE?)

CONTINENTAL 19900 - ILHAS 17, 30 - CADERNO 99 66

ELEIÇÕES-AUTARQUIAS

As "células de base"
da democracia

Por JOÃO FONSECA

Dado que é a nível dos órgãos de poder local que se jogará uma boa parte dos problemas que afectam a vida diária dos portugueses, as próximas eleições (a realizar no dia 12 de Dezembro) assumem um carácter muito especial. Porque assim é, «Seculo Ilustrado» publica, neste número, mais alguns depoimentos de frentes eleitorais e partidos políticos, as únicas organizações a quem a lei permite a apresentação de candidatos para as assembleias municipais e câmaras municipais. Depois do PSD, CDS e MRPP, é, agora, a vez do PS (Jorge Campinos), da FEPU (Veiga de Oliveira), dos GDUP' (Luís Moita) e da LCI (António Gomes).

JORGE CAMPINOS (PS):
UMA POLÍTICA MUNICIPAL
COERENTE, COMPETENTE
E SOCIALISTA

— Que importância atribui à realização das próximas eleições para as autarquias locais?

— Através das três últimas consultas eleitorais, o povo português elegeu livremente os seus representantes nacionais: para a Assembleia Constituinte, Assembleia da República e Presidência da República. Trata-se, agora, de completar o edifício constitucional com a eleição, pelo mesmo povo português, dos seus representantes locais.

Como é sabido, para consolidar a nossa jovem democracia e no intuito de dar uma voz activa ao povo português na condução dos seus próprios e mais imediatos problemas, o Partido Socialista sempre defendeu que estas eleições deveriam ter tido lugar muito mais cedo, antes mesmo das eleições para a Assembleia da República e para a Presidência da República.

Mais vale tarde do que nunca! No dia 12 de Dezembro as autarquias locais vão pôr um termo ao hiato de meio século na sua tradição democrática. Nesse dia, também se porá termo



Jorge Campinos, do Partido Socialista

a dois anos e meio de situações de facto que se caracterizaram frequentemente por autênticos assaltos a órgãos e a cargos a todos os níveis da administração local, por parte de partidos ou movimentos políticos em seu próprio proveito. Enfim, nesse dia, as autarquias locais retomarão a sua plena legitimidade como órgãos representativos dos verdadeiros anseios e interesses locais das populações.

— Quais, na sua opinião, os benefícios concretos que tais eleições, neste momento, poderão trazer ao povo português?

— Como já referi, o primeiro benefício será a própria instalação de representantes legítimos livremente eleitos pela população. Este facto é de uma importância transcendente, porque não há Estado democrático se a democracia não estiver institucionalizada também ao nível local. A democracia é contrária à centralização, porque a centralização retira às populações a possibilidade de contribuírem, no âmbito da sua comunidade local, para o seu próprio progresso e desenvolvimento. Através dos órgãos livremente eleitos, o povo português vai participar dia a dia e activamente na construção e consolidação da democracia.

Esta democracia, que nós socialistas democráticos desejamos consolidar até no interior das empresas e dos demais locais de trabalho, penetrará agora nas autarquias, que o Partido Socialista, em 1875, considerava já "a célula de base da democracia".

O povo português vai, simultaneamente, tomar consciência dos problemas que directamente lhe dizem respeito e contribuir decisivamente para a sua solução, de uma forma rápida e eficaz. Ninguém melhor do que o habitante duma freguesia e dum concelho conhece as suas necessidades mais prementes e a melhor forma de as satisfazer. Começa assim o declínio do centralismo e da burocracia do Terreiro do Paço.

— Quais, na sua opinião, os principais defeitos de que enferma a lei eleitoral, recentemente ratificada na Assembleia da República?



— Na construção de um Estado democrático e duma sociedade mais justa não há leis perfeitas. No entanto, a legislação agora publicada obedeceu à dupla preocupação de respeitar escrupulosamente a vontade do Constituinte, que por vezes desconheceu o país real, e de permitir que as eleições se realizassem dentro dos prazos estabelecidos.

Neste sentido, creio que preenchem inteiramente os seus objectivos. As deficiências que a legislação possa conter deverão ser corrigidas através da sua confrontação com a prática que as eleições e o funcionamento dos órgãos locais vão estabelecer. Dessa prática não deixaremos de tirar os ensinamentos necessários para, no futuro, criarmos uma adequação tão perfeita quanto possível entre as realidades locais e a legislação respectiva.

Em todo o caso, o problema da legislação só poderá ser regulado em bases sólidas com a publicação dum novo Código Administrativo, ou, até essa publicação, pela aprovação parlamentar de uma lei relativa às competências dos órgãos das autarquias locais.

— Quais as bases principais em que assentará a campanha eleitoral promovida pelo PS?

— A este respeito, convém começar por frisar que o Partido Socialista tem

responsabilidades muito especiais em relação aos eleitores. Porque é o partido do Governo. E porque é o único partido português com uma implantação geográfica verdadeiramente nacional. Por esse facto, está em condições ideais para estabelecer a necessária ligação entre os órgãos locais e os órgãos centrais e para resolver com realismo e numa perspectiva mais ampla os problemas locais. O Partido Socialista sabe perfeitamente que cada freguesia, cada concelho, tem os seus problemas específicos, que são uns em Viana do Castelo e outros em Faro. Deste modo, em virtude da sua implantação nacional, da sua equilibrada distribuição geográfica, o Partido Socialista, mais do que qualquer outro, vai contribuir de forma decisiva, em todo o território, através dos seus candidatos eleitos, para a solução dos problemas locais. Consciente das suas responsabilidades, o Partido Socialista lutará, sem demagogia mas com realismo, pelo progresso e desenvolvimento locais, pela melhoria do nível de vida das populações, através da descentralização e desconcentração administrativas. Em suma: pelo socialismo em liberdade, a nível nacional e a nível local.

E, ao fazê-lo, utilizará a única linguagem que conhece: a da verdade. Porque, como partido profundamente democrático, sabe que

o povo português é o único dono do seu destino.

— “Poderão (deverão) classificar-se estas eleições de políticas”?

— Pelo seu âmbito geográfico e funcional, o acento tónico, o verdadeiro sentido do sufrágio de 12 de Dezembro próximo centrar-se-á fundamentalmente à volta das questões específicas que interessam a cada autarquia. Desde logo, o elemento humano, a relação de confiança entre o eleitor e o candidato, será algo importante. Por esse motivo, o Partido Socialista entendeu dever integrar, nas suas listas, candidatos verdadeiramente independentes, isto é, não inscritos em nenhum partido e ainda técnicos de indiscutível competência capazes de dar uma resposta rápida e concreta aos problemas locais.

No entanto, a prática dos regimes pluripartidários demonstra que não há eleições gerais que não sejam políticas, nomeadamente a nível dos municípios. Aliás, são sobretudo os partidos políticos que se apresentam aos eleitores, mesmo quando se escondem atrás de pseudónimos, de frentes, que não enganam ninguém. Pelo contrário, continuando a falar a linguagem da verdade, o Partido Socialista não porá entre parêntesis o seu Programa e os seus princípios. Estamos pois convencidos de que o povo português, como ontem, manifestará uma vez mais, no próximo dia 12 de Dezembro, a sua confiança nas listas propostas pelo Partido Socialista: por uma política municipal coerente e competente, democrática e socialista, livre e pluralista, para e com o povo português.

VEIGA DE OLIVEIRA (FEPU): “DEFESA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO”

— Que importância atribui à realização das próximas eleições para as autarquias locais?

— Em meu entender, as próximas eleições para os órgãos das autarquias locais têm uma grande importância para o futuro da democracia em Portugal. Sem a democratização da vida política local que passa também pela realização de eleições para os órgãos de poder local, não será possível consolidar e defender o Estado democrático a caminho do socialismo. É evidente que as próximas eleições, só por si, não democratizam como que por encanto, e de uma assentada, a nossa vida política local. Sem embargo, elas constituem um importantíssimo passo, aliás previsto e exigido pela Constituição da República, daí a grande importância que atribuímos às eleições para os órgãos que hão-de gerir e fiscalizar os municípios e freguesias de todo o País.

— Quais, na sua opinião, os principais

defeitos de que enferma a lei eleitoral recentemente ratificada na Assembleia da República?

— Quando do processo de ratificação da legislação eleitoral pela Assembleia da República, tive ocasião de, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, expor a nossa opinião sobre este assunto. Disse eu da tribuna da Assembleia da República: "... Das diversas deficiências que encontramos na legislação em apreço, queremos destacar só aqueles aspectos que mais consequências podem vir a ter sobre o processo eleitoral. (...) É, assim, em relação à composição dos órgãos de poder local. De facto as assembleias de freguesia com sete membros e mesmo nove, que será, eventualmente, o valor mais frequente, e assembleias municipais com oito membros eleitos não nos parecem poder garantir com suficiente eficiência e representatividade os interesses em causa. É, assim, também, em relação ao poder de apresentação de candidaturas e às normas do processo. Não só o número de proponentes exigido à lista de cidadãos eleitores se pode considerar excessivo, em certos casos, como mais importante, ainda, as dificuldades burocráticas, as deficiências e imprecisões do articulado e a tardia publicação da lei criaram, na prática, uma barreira muitas vezes intransponível ao exercício do preceito constitucional que se pretendeu regulamentar."

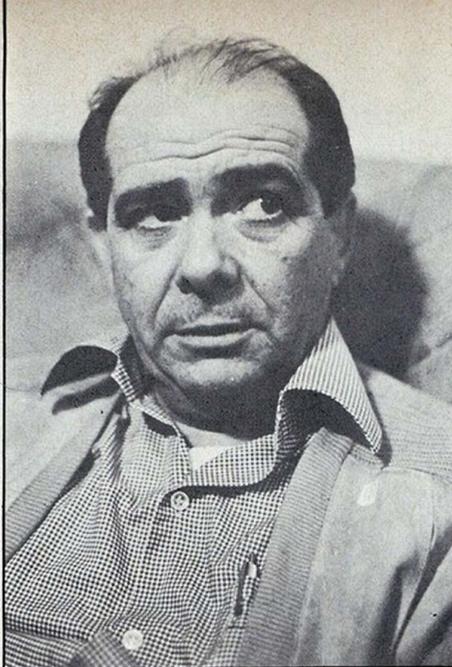
"Outro aspecto que nos merece reparos é o da representatividade relativa do eleitor. Por várias razões nós defendemos sem ambiguidades que os mandatos devem ser atribuídos de harmonia com o princípio da representação proporcional conforme estipula o artigo 116º da Constituição."

"(...) Com o que não podemos estar de acordo é com a atribuição de noventa lugares, eleitos directamente, à assembleia municipal de Barcelos e de trinta e seis, por exemplo, à assembleia municipal de Oeiras. (...) Outro aspecto de máxima importância é o das atribuições e competências dos órgãos de poder local. A este respeito pensamos que não é a prática a servir de exemplo à eleição de órgãos dos quais só difusamente e potencialmente se conhecem as atribuições e competências."

— Quais, na sua opinião, os benefícios concretos que tais eleições, neste momento, poderão trazer ao povo português?

— Em nossa opinião há duas ordens de benefícios concretos que decorrerão das próximas eleições para os órgãos das autarquias locais.

Em primeiro lugar, serão as novas possibilidades de solução dos problemas locais através de órgãos representativos e da participação mais ampla e activa das populações e das suas organizações de base.



Veiga de Oliveira, da Frente Eleitoral Povo Unido

Muitos dos problemas que afligem as populações, no tocante à saúde, ao saneamento básico, à educação, cultura e desporto, à habitação, ao abastecimento, aos transportes, vias de comunicação, electrificação, etc., poderão encontrar, no quadro das autarquias locais e da participação activa e organizada das populações, soluções mais rápidas, faseadas do provisório ao definitivo, de acordo com as possibilidades e realidades.

Em segundo lugar, estas eleições podem contribuir poderosamente para a estabilização da vida política, consolidando a democracia e assegurando o prosseguimento do processo revolucionário com garantia da salvaguarda das liberdades fundamentais e da unidade e independência nacionais.

— Quais as bases principais em que assentará a campanha eleitoral promovida pela vossa frente?

— Deve, antes de tudo, esclarecer-se que a Frente, FEPU, não é nossa. Correcto será dizer-se que nós somos a Frente, exprimindo desta forma a nossa participação nas listas que se candidatam pela Frente Eleitoral Povo Unido; significando também que o PCP defende e apoia o projecto unitário que a FEPU traduz no plano eleitoral. A Frente não é uma estrutura organizada e hierarquizada. A sua natureza unitária, aberta à participação de partidos, movimentos e individualidades, democráticos e antifascistas, produz na prática várias frentes exprimindo cada uma as particularidades da unidade realmente conseguida no local.

A participação de independentes e de aderentes dos vários partidos políticos, quer dos que oficialmente constituem a frente, quer de outros partidos e organizações democráticos, é variável de concelho para concelho, de freguesia para freguesia. Nuns lados a unidade conseguida é mais larga, noutros mais estreita, em geral pode dizer-se que a gama política empenhada na unidade

popular não coincide quando se muda de concelho ou mesmo de freguesia.

No conjunto é, no entanto, claro um projecto de unidade popular a nível nacional, esse projecto é o cumprimento da Constituição da República, a defesa e consolidação do Estado democrático, contra os caciques e a reacção, a resolução dos problemas mais prementes das populações, a consagração da sua participação activa como via insubstituível da recuperação dos atrasos e da construção de um Portugal mais feliz e mais próspero.

Daqui resulta a resposta à vossa pergunta: haverá não uma campanha eleitoral mas centenas ou milhares, tantas quantas as listas concorrentes e correspondendo cada uma às situações concretas. De comum, mas que não se pode considerar como a "campanha eleitoral promovida pela Frente", há os princípios políticos, constitucionais, democráticos e antifascistas acima referidos.

— Poderão (deverão) classificar-se estas eleições de "políticas"?

— Parece-nos que as eleições para órgãos de poder, no caso concreto, órgãos de poder local, são obviamente políticas e já acima referimos o que pensamos sobre a sua importância nacional e o seu alcance e consequências para a consolidação do Estado democrático. Mas a sua pergunta, porventura de viés, coloca uma das questões centrais destas eleições que se pode formular assim: poderão os eleitores definir-se completamente em relação a estas eleições por simples considerações de programas gerais nacionais, breve-partidários? A resposta que demos a esta questão levou pelo nosso lado à participação na Frente e à defesa dos princípios que a orientam.

LUÍS MCITA (GDUP): "IMPEDIR O REGRESSO DO FASCISMO E A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA"

— Que importância atribui à realização das próximas eleições para as autarquias locais?

— Essas eleições poderiam ter uma grande importância para a sociedade portuguesa, se acaso elas se realizassem dentro de um quadro político inteiramente diferente do actual. As autarquias, sendo órgãos da administração local, são instituições muito próximas da vida concreta do povo, têm competência para resolver assuntos intimamente ligados à vida quotidiana e têm uma dimensão que poderia tornar possível um elevado grau de participação popular nas decisões colectivas. Só que, nas actuais circunstâncias, as eleições para as autarquias não são mais do que um novo passo na tentativa por ultimar e consolidar o quadro institucional da democracia burguesa. Realizadas que foram as eleições legislativas e presidenciais, existindo

um governo dito constitucional, estão montadas as grandes traves do aparelho de Estado ao nível do poder central — só falta alargar até às câmaras e às freguesias os tentáculos da nova camada dominante, que nem substitui os antigos senhores do tempo do fascismo. Assim, os grandes partidos políticos aí estão de novo a disputar a clientela eleitoral, a fim de tentarem repartir entre si o bolo do Poder. Isso, para eles, é tanto mais importante quanto é certo que os próximos resultados eleitorais, não obstante o seu carácter local, irão servir de teste e influenciar as posições dos partidos no conjunto da cena política: uma melhor percentagem nos resultados dará novos trunfos à ambição de chegar ao Governo.

Por mais que se diga o contrário, as eleições para as autarquias não são meramente administrativas, são eleições políticas.

— **Quais, na sua opinião, os benefícios concretos que tais eleições, neste momento, poderão trazer ao povo português?**

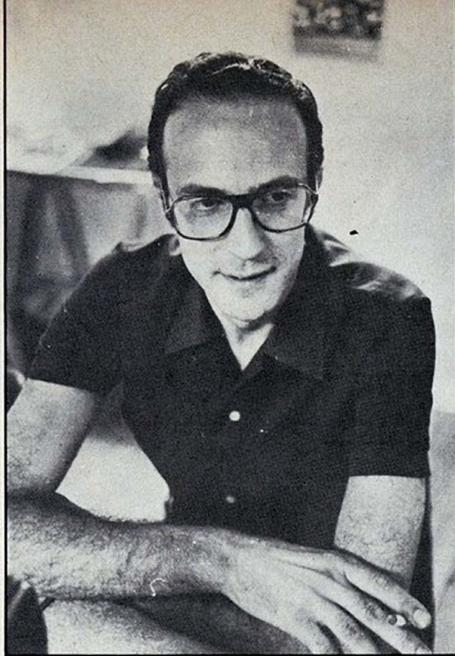
— O grande benefício que poderia advir para o povo português com mais este acto eleitoral seria ele avançar também mais um passo na compreensão dos mecanismos em que o procuram enredar, afirmando daramente a força da vontade popular contra as manobras da classe dominante. O povo trabalhador tem feito importantes experiências da sua própria capacidade para tomar em mãos a resolução dos seus problemas, o povo trabalhador sabe que tem de contar, antes de mais, com as suas próprias forças, e estas eleições podem constituir uma oportunidade para sacudir a dominação dos novos senhores, que se dizem democratas e mesmo socialistas, mas que tudo fazem para conservar os seus privilégios.

Além disso, o povo sabe que esses seus mesmos problemas não podem ser resolvidos um a um, aqui e ali. Em última análise, só numa sociedade nova os próprios problemas locais e sectoriais poderão encontrar solução.

Quanto a benefícios concretos a partir das eleições para as autarquias, uma coisa tem sido demonstrada pela prática: o Estado burguês não tem sequer capacidade, para já não dizer interesse, para realizar uma política popular, uma política virada para os benefícios do povo. Algumas coisas poderão melhorar, mas as questões de fundo ficarão por resolver. Veja-se o que tem acontecido, mesmo com os casos mais gritantes, como os dos bairros de lata ou os das instalações hospitalares.

— **Quais, na sua opinião, os principais defeitos de que enferma a lei eleitoral, recentemente ratificada na Assembleia da República?**

— A lei eleitoral foi concedida, de ponta a ponta, para servir os objectivos que referi na primeira resposta. Dir-se-ia mesmo que a principal finalidade da lei, embora sob a aparência de democracia, era a de impedir ou



Luís Moita, dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular

dificultar ao máximo a participação popular no processo da criação de autarquias de tipo novo.

A Constituição previa que um grupo de cidadãos se pudesse organizar autonomamente para propor listas de candidatos. Por nossa parte sempre nos batemos para que esta fórmula fosse respeitada, na medida em que só ela correspondia à forma de organização adaptada ao poder local. Ora, o que fez a lei? Impediu que grupos de cidadãos concorressem aos municípios e praticamente tornou impossível a aplicação desse processo a nível de freguesias. Em qualquer hipótese, a complicação burocrática atingiu tais requintes que só isso bastou para desencorajar a iniciativa das populações. O resultado foi o de partidizar estas eleições. Só os partidos políticos têm aparelho para suportar esta gigantesca operação eleitoral. As consequências são graves e correspondem a uma tática bem clara: dividir, alimentar a divisão do povo trabalhador, para melhor o poder dominar. Em vez de ser chamado a escolher aqueles que mais se têm distinguido nas lutas concretas ao serviço dos interesses colectivos, o povo é chamado a escolher, mais uma vez, entre diversos partidos, votando em listas de notáveis, em listas cozinhadas nos gabinetes partidários. É um sistema que beneficia os caciques locais, os caciques de diversas cores. É mais uma lei antipopular.

— **Quais as bases principais em que assentará a campanha eleitoral promovida pelos GDUP?**

— Os Grupos Dinamizadores de Unidade Popular avançam para estas eleições com inteira consciência dos vícios do sistema em que vão disputar uma batalha. Todavia, não podiam estar ausentes dessa batalha. Dada a importância destas eleições e o seu indiscutível alcance político, não poderiam deixar de se afirmar perante o povo, aquela grande corrente que teve a sua expressão na campanha eleitoral do general Otelo Saraiva

de Carvalho. Os GDUP nascidos dessa candidatura, são portadores de uma alternativa política própria, uma alternativa popular e revolucionária, a única que pode impedir o regresso do fascismo e a recuperação capitalista. Distinguimo-nos não só pelos nossos objectivos mas também pelos nossos métodos. Em toda a parte onde foi possível, procurámos dinamizar o processo dos grupos de cidadãos, a grande parte dos nossos candidatos foram escolhidos em plenários populares, as listas dos GDUP não integram caciques ambiciosos, mas pessoas reconhecidas pelo seu empenho nas lutas do povo trabalhador. Estes mesmos princípios não-de nortear a nossa campanha eleitoral. Não será uma campanha de promessas demagógicas, próprias de quem pensa que resolve os problemas do povo. A nossa única promessa é de agirmos em conformidade com a nossa convicção de que o povo, unindo-se e organizando-se, pode salvaguardar as suas conquistas e avançar para outras novas. Por isso, os candidatos da unidade popular se comprometem, dentro das linhas traçadas por Otelo, a defender sempre a participação popular nas decisões de interesse comum e a garantir que as organizações populares de base, nomeadamente as comissões de moradores e os conselhos de aldeia, desempenhem um papel fundamental no controlo e dinamização da actividade das autarquias locais.

ANTÓNIO GOMES (LCI): "É PRECISO DERROTAR A DIREITA NAS ELEIÇÕES"

— **Que importância atribui à realização das próximas eleições para as autarquias locais?**

— A importância política das actuais eleições para as autarquias locais encontra-se, por um lado, no actual período da luta de classes que se vive em Portugal, por outro, nos objectivos com que a direita capitalista e os seus partidos encaram essas mesmas eleições. De facto, já há muito tempo que o CDS e o PSD-PPD se preparam activamente para as eleições. Em muitas terras da província lançam campanhas contra os "comunistas das câmaras", fazem abaixo-assinados impulsionados pelos seus caciques locais, tentando fazer acreditar às populações que os partidos operários querem acabar com a Igreja, tentando inculcar nas populações do interior todas as patranhas, todas as velhas mentiras e calúnias que o regime fascista de Salazar e Caetano lançava.

Os seus objectivos são claros: procuram transformar certas terras em suas coutadas políticas, transformá-las em bases reaccionárias para pressionar o Governo a avançar ainda mais — e nos ataques ao movimento operário e popular. E para alcançar esses objectivos, o CDS e PSD-PPD

sabem que contam a seu favor com a política de desmobilização do governo de Soares. Não fazem desse modo senão continuar as manobras mais que repetidas: a política dos patrões nas fábricas, os ataques da CIP e da CAP. Os exemplos são constantes: a desocupação de 101 herdades do Alentejo, ataques à Reforma Agrária, despedimentos de trabalhadores e dirigentes sindicais combativos, libertação de pides e chefes de redes bombistas, repressão nos quartéis, prisão de Otel e soldados progressistas, etc.

E o que é certo é que os principais chefes do Exército se movimentam, ora nos bastidores ora abertamente, e que todos, à uma, fazem exigências, metendo-se nas altas esferas do Poder. E o primeiro a fazê-lo é o presidente, o qual se apoia na aliança PS/PPD/CDS, que lhe deu a vitória nas presidenciais. Com esse trunfo, com a ameaça da força militar, procura desviar ainda mais para a direita o governo PS.

A direcção do PS fala das pressões sobre o Governo e o perigo da ditadura militar, mas cede palmo a palmo a essas exigências.

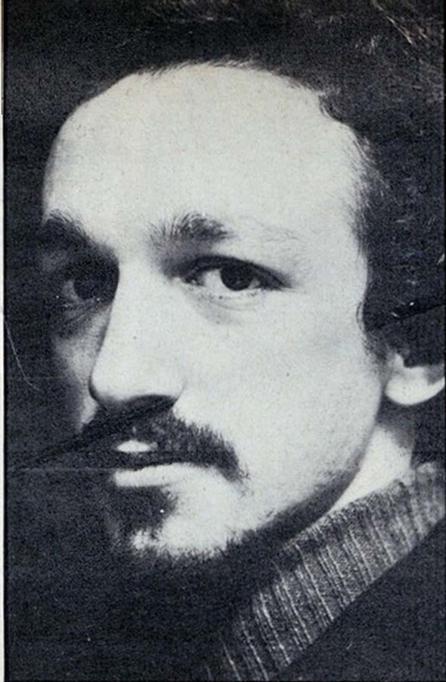
Que podemos nós esperar dos patrões, que lançam comandos armados contra trabalhadores, que se recusam a cumprir contratos colectivos que tinham assinado, que querem lançar o espectro dos despedimentos entre os trabalhadores? Que poderemos esperar de quem quer a mão quando lhe dão o dedo? Que poderemos esperar dos chefes militares que dia a dia aumentam a sua chantagem?

Por tudo isto nós dizemos: é preciso derrota!

So o...
trabalhadores e das suas organizações. Para que os partidos da burguesia não façam das autarquias locais bases da reacção, transformando-as em mais um trampolim da sua política central de ofensiva contra o movimento operário. Para impedir uma vitória PPD/CDS, que serviria como argumento a estes partidos para recompor o Governo numa base em que tivessem todos os trunfos.

— Quais, na sua opinião, os principais defeitos de que enferma a lei eleitoral recentemente ratificada na Assembleia da República?

— Da mesma forma que todos os actos eleitorais em sistema capitalista se submetem a própria lógica do sistema, ou seja, que não têm por fim ser instrumentos de transformação radical da ordem capitalista de exploração, mas antes servir como instrumentos da sua perpetuação e da sua justificação, de justificação política da dominação da burguesia sobre o conjunto dos trabalhadores, também umas simples eleições para as autarquias não escapam a essa lógica. E, como é natural, isto vai revelar-se na maneira como é concebida a lei e de como são apresentadas as suas disposições fundamentais.



António Gomes, da Liga Comunista Internacionalista

São elas as restrições à participação popular nas eleições: impossibilidade de grupos de cidadãos concorrerem aos municípios; entraves legais à participação de organizações revolucionárias em pé de igualdade com os partidos. E além do mais, a lei impede, na prática, a constituição de frentes eleitorais, pois apenas deu dois dias antes (o seu conteúdo) do início da campanha para a sua concretização. Foi assim que a LCI e o PRT se viram impedidos de concorrer como frente às eleições.

— Quais, na sua opinião, os benefícios concretos que tais eleições, neste momento, poderão trazer ao povo português?

— Faltam ainda muitos aspectos a compreender-se claramente que os benefícios concretos que o povo trabalhador pode colher nestas eleições estão na medida directa da capacidade dos principais partidos operários e de o conjunto de os trabalhadores se oporem eficazmente à ofensiva de direita. Essa resposta deve basear-se num programa de luta de todos os trabalhadores a nível nacional. É preciso, em primeiro lugar, desmascarar as manobras dos capitalistas, da CIP e da CAP, dos seus partidos, PPD, CDS, dos chefes militares.

É preciso e, em segundo lugar, deixar bem claro que esta resposta depende da unidade de todas as correntes operárias em torno das lutas e reivindicações das massas, a nível local e a nível nacional, nomeadamente no que se refere à luta contra o desemprego e ao aumento do custo de vida, à defesa de todas as conquistas anteriores das massas (reforma agrária, controlo operário, etc.). E, finalmente, pelo desenvolvimento destes temas em ligação directa com a auto-organização das massas (comissões de trabalhadores, sindicatos e comissões de moradores) com as lutas que se desenvolvem ou com experiências importantes já realizadas pelos trabalhadores nestes domínios,

mostrando que a acção directa das massas, e a sua mobilização através das suas organizações de fábrica, de bairro ou sindicais são a única via para assegurar as conquistas já obtidas e para impor aos patrões ou ao Governo as suas reivindicações.

— Quais as bases principais em que assentará a vossa campanha eleitoral?

— As bases fundamentais da campanha, elas são no essencial as seguintes: para além da defesa de um programa de luta a nível local, que tenha em conta a satisfação das principais necessidades dos trabalhadores nos domínios da habitação, dos transportes, da luta contra o desemprego, pela melhoria das condições sanitárias e de assistência médica, pela defesa das greves e das lutas dos trabalhadores a nível de bairro e de fábrica; para além disto, partimos do princípio que o objectivo da direita é o de substituir o governo PS por um "governo de salvação nacional".

Daqui a necessidade de, em vez de ceder constantemente a essa mesma direita, os trabalhadores e os seus partidos deverem procurar na sua unidade e mobilização uma resposta operária que se liberte das chantagens dos políticos da burguesia, de Eanes e da hierarquia militarista. Essa solução é possível. E poderia concretizar-se na formação de um governo. Bastaria para isso que as direcções do PC e do PS abandonassem a sua actual política de cedências perante a burguesia e Eanes, formando um governo desses dois partidos responsáveis pela aplicação de um plano de luta decidido pelos trabalhadores a nível nacional, nomeadamente no Congresso de Todos os Sindicatos. Sem fazer qualquer espécie de ilusão na política de Cunhal ou de Soares, não há dúvida que essa seria a solução capaz de desfazer a manobra burguesa de formar um governo com os partidos capitalistas.

E a eventual constituição de um tal governo (PC-PS) exigiria a extensão, a organização e a coordenação dos organismos de unidade e de democracia operária nas fábricas e nos bairros (comissões de trabalhadores, comissões de moradores) e dos soldados nos quartéis. Do mesmo modo que será unicamente essa mobilização permanente das massas — e nunca um governo dos partidos reformistas — que será capaz de acabar radicalmente com esta ordem social capitalista, de exploração, de miséria, de desemprego e vida cara, criando por intermédio da revolução socialista vitoriosa as bases do poder democrático dos trabalhadores, do poder democrático dos conselhos operários.

— Poderão (deverão) classificar-se estas eleições de "políticas"?

— Não restam, pois, dúvidas (e tal como referi na primeira resposta) que estas eleições, apesar de se circunscreverem ao âmbito local e municipal, têm, efectivamente, um carácter político central.